

ARQUITETURA DAS FAZENDAS DE GADO NO VALE DO RIO BRANCO:

algumas considerações (1780-1955)

Ma. Paulina Onofre Ramalho

Universidade Federal de Roraima - UFRR | paulina.ramalho@ufrr.br

Vitória Barbosa Costa de Magalhães

Universidade Federal de Roraima - UFRR | vitoriacoستاarqeur@gmail.com

Luna da Silva Mano

Universidade Federal de Roraima - UFRR | lunasmano@gmail.com

Naomy Dafne Aguiar Morais

Universidade Federal de Roraima - UFRR | naomydamorais@gmail.com

EIXO TEMÁTICO 3: História, Memória e Patrimônio

Resumo: Em 1787, o governo da Capitania de São José do Rio Negro introduziu o gado bovino nos campos do alto rio Branco, criando as denominadas Fazendas Reais, posteriormente renomeadas Fazendas Nacionais, de São Bento, São José e São Marcos. Intentava-se integrar o vale do rio Branco, atual estado de Roraima, ao mercado interno colonial e promover sua ocupação e povoamento. No fim do século XIX, ocorreu a ascensão da pecuária como atividade econômica em razão do processo de expansão da coleta da borracha no vale amazônico, visto que criou-se um mercado consumidor de alimentos, incluindo-se a carne produzida em Roraima. Nesse período multiplicaram-se as fazendas particulares pela região. Sendo assim, o objeto de estudo deste artigo compreende as sedes de fazendas, bem como estruturas com as quais estas mantinham relações (retiros, criatórios, dentre outros), presentes em fontes iconográficas e em descrições de viajantes, funcionários estatais, dentre outros, que visitaram o referido vale no recorte temporal estipulado. Objetiva-se analisar, sob um olhar histórico, a arquitetura destas edificações e suas especificidades, contribuindo-se para o conhecimento sobre o patrimônio rural roraimense. Metodologicamente, concernente à abordagem, a pesquisa é qualitativa. No que diz respeito à natureza, a pesquisa é básica. Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória. No que refere-se aos procedimentos, a pesquisa é bibliográfica e documental. Assim, foi possível identificar que as fazendas do vale do rio Branco eram edificações modestas, construídas com técnicas tradicionais, que mantinham estreita relação com as condições sociais, econômicas e ambientais do local no qual estavam inseridas. Entender estas estruturas vernaculares perpassa a compreensão do contexto socioeconômico e cultural que lhes dá sentido.

Palavras-chave: arquitetura vernacular; patrimônio histórico; técnicas tradicionais.

ARCHITECTURE OF CATTLE RANCHES IN THE RIO BRANCO VALLEY: SOME CONSIDERATIONS (1780 – 1955)

Abstract: In 1787, the government of the Captaincy of São José do Rio Negro introduced cattle into the fields of the upper Branco River, creating the so-called Royal Farms, later renamed the National Farms of São Bento, São José, and São Marcos. The intention was to integrate the Branco River Valley, present-day Roraima State, into the colonial domestic market and to promote its occupation and settlement. At the end of the 19th century, cattle ranching rose as an economic activity due to the expansion of rubber harvesting in the Amazon Valley, since a consumer market for food, including beef produced in Roraima, was created. During this period, private farms multiplied throughout the region. Therefore, the object of study of this paper comprises the farm headquarters, as well as the structures with which they maintained relations (such as outstations, cattle enclosures, among others), documented in iconographic sources and in descriptions by travelers, state officials, and others who visited the valley within the stipulated timeframe. The objective is to analyze, from a historical perspective, the architecture of these buildings and their specificities, contributing to the knowledge of Roraima's rural heritage. Methodologically, concerning the approach, the research is qualitative. Regarding its nature, the research is basic. With respect to its objectives, the research is exploratory. As for the procedures, the research is bibliographic and documentary. Thus, it was possible to identify that the farms of the Branco River Valley were modest buildings, constructed with traditional techniques, and that they maintained a close relationship with the social, economic, and environmental conditions of the context in which they were located. Understanding these vernacular structures involves comprehending the socioeconomic and cultural framework that gives them meaning.

Keywords: vernacular architecture; cultural heritage; traditional techniques.

ARQUITECTURA DE LAS HACIENDAS GANADERAS EN EL VALLE DEL RÍO BRANCO: ALGUNAS CONSIDERACIONES (1780-1955)

Resumen: En 1787, el gobierno de la Capitanía de São José do Rio Negro introdujo ganado en los campos del alto río Branco, creando las llamadas Haciendas Reales, posteriormente renombradas Haciendas Nacionales de São Bento, São José y São Marcos. El objetivo era integrar el valle del río Branco, actual estado de Roraima, al mercado interno colonial y promover su ocupación y asentamiento. A finales del siglo XIX, la ganadería se afianzó como actividad económica, debido a la expansión de la recolección de caucho en el valle del Amazonas, ya que se creó un mercado de consumo de alimentos, incluida la carne de res producida en Roraima. Durante este período, las haciendas privadas se multiplicaron por toda la región. Por lo tanto, el objeto de estudio de este artículo abarca las casas de campo, así como las estructuras con las que interactuaron (retiros, granjas ganaderas, entre otras), presentes en fuentes iconográficas y en descripciones de viajeros, funcionarios estatales y otros que visitaron el valle durante el período estipulado. El objetivo es analizar, desde una perspectiva histórica, la arquitectura de estas edificaciones y sus especificidades, contribuyendo al conocimiento sobre el patrimonio rural de Roraima. Metodológicamente, en cuanto al enfoque, la investigación es cualitativa. En cuanto a su naturaleza, la investigación es básica. En cuanto a sus objetivos, la investigación es exploratoria. En cuanto a sus procedimientos, la investigación es bibliográfica y documental. Así, fue posible identificar que las haciendas del valle del río Branco eran edificaciones modestas, construidas con técnicas tradicionales, que mantenían una estrecha relación con las condiciones sociales, económicas y ambientales del lugar en el que se ubicaban. Comprender estas estructuras vernáculas permea una comprensión del contexto socioeconómico y cultural que les da significado.

Palabras clave: arquitectura vernácula; patrimonio histórico; técnicas tradicionales.

1. INTRODUÇÃO

Segundo Rapoport (1984), a maioria das edificações existentes não foi concebida por arquitetos ou profissionais especializados, mas resulta do impulso arquitetônico humano. Para Weimer (2012), a expressão mais adequada para caracterizar esse tipo de produção é **arquitetura popular**, entendida como aquela desenvolvida pelo próprio povo e voltada às suas necessidades. Sendo assim, a arquitetura popular pode ser compreendida como a produção do espaço construído realizada a partir de saberes tradicionais e práticas empíricas desenvolvidas por grupos sociais ao longo do tempo, sem a intervenção direta de arquitetos ou de modelos acadêmicos formalizados. Para Rapoport (1984), esse tipo de arquitetura constitui a maior parte do ambiente construído no mundo e resulta de fatores culturais, sociais e ambientais, sendo expressão direta dos modos de vida das comunidades que a produzem.

Weimer (2012) destaca que a arquitetura popular se caracteriza pela simplicidade construtiva; adaptabilidade ao meio; criatividade no uso dos materiais; compreensão do ato de construir como resultado direto das técnicas e dos recursos utilizados, conferindo forma plástica às edificações; e o respeito às tradições culturais dos grupos sociais. Essa proximidade com o ambiente resulta em edificações que respondem de maneira eficiente ao clima, ao relevo e à disponibilidade de matérias-primas, evidenciando um conhecimento acumulado sobre o território. Para Nuttgens (2015), praticamente todo tipo de matéria-prima já foi utilizado na construção. Entretanto, os materiais mais facilmente encontrados exerceram maior influência sobre a arquitetura em diferentes regiões do mundo, como pedra, argila, madeira, fibras vegetais, peles, areia e água. A escolha e o uso desses materiais dependem, em grande medida, de sua disponibilidade natural e das estratégias desenvolvidas pelas sociedades para torná-los acessíveis.

A dimensão simbólica da arquitetura popular também é discutida por autores. Rapoport (1984) interpreta a história da construção como um processo contínuo de diferenciação espacial promovido pela humanidade, no qual o espaço é transformado em lugar. A arquitetura, nesse contexto, torna visíveis as distinções espaciais, expressando normas sociais, valores culturais, hierarquias, além das separações entre o sagrado e o profano, dentre outros. Para o autor, o ambiente construído cumpre múltiplas funções, como proteger indivíduos e suas atividades, garantir segurança frente a ameaças humanas, naturais ou sobrenaturais, humanizar o espaço e reforçar identidades e posições sociais. Nesse sentido, o espaço construído não se limita a atender necessidades físicas de abrigo, mas também desempenha papel central na organização da vida social e na construção do sentimento de pertencimento.

Weimer (2012) também observa que a arquitetura popular, de modo geral, ocupa um espaço marginal no imaginário profissional dos arquitetos, sendo mais frequentemente investigada por áreas ligadas às ciências humanas. Sant'Anna (2013) aponta que, quando arquitetos e urbanistas se dedicam a esse tema, seus estudos tendem a

concentrar-se em questões relacionadas à preservação do patrimônio construído ou aos problemas do déficit habitacional e dos assentamentos urbanos informais. Tal abordagem, embora relevante, tende a limitar a compreensão da arquitetura popular em sua complexidade cultural e social. No contexto de Roraima, são raros os trabalhos que abordam a arquitetura popular, e aqueles existentes pouco repercutiram no meio acadêmico. Por isso, essa pesquisa visa contribuir para estimular e ampliar as discussões.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa segue uma abordagem qualitativa, visando compreender os fenômenos relacionados ao objeto de estudo, em oposição aos aspectos quantitativos. Conforme esclarece Minayo (2001), a pesquisa qualitativa busca investigar relações, processos e fenômenos como crenças, valores e aspirações, que não podem ser simplificados ou reduzidos a dados numéricos.

Em termos de natureza, a pesquisa é classificada como básica, pois visa contribuir para o avanço do conhecimento, sem ter um objetivo prático imediato. Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória, buscando uma maior compreensão do problema em questão, e explicativa, já que se propõe a identificar os fatores que influenciam ou determinam a ocorrência do problema (Gil, 2007).

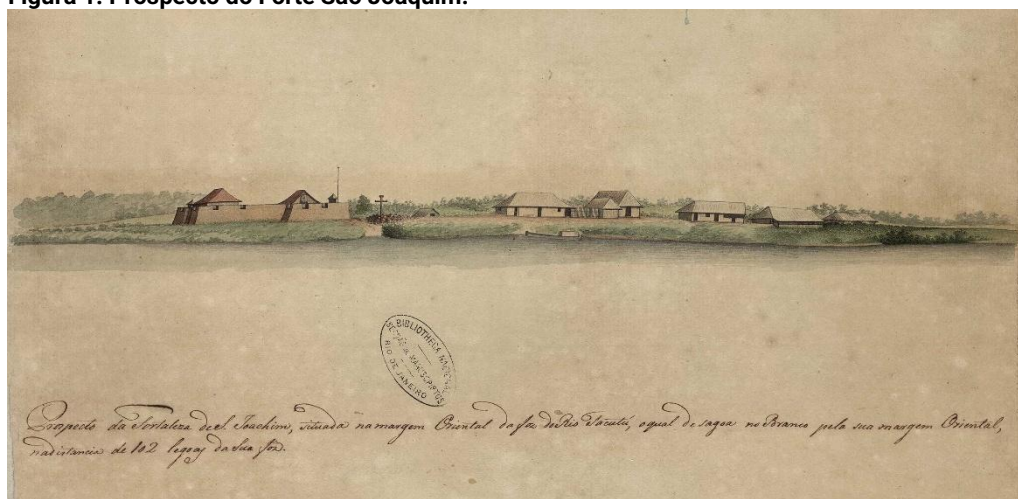
O desenvolvimento de uma pesquisa exige, ainda, a escolha dos métodos que serão utilizados para a coleta de dados, sejam eles esperados ou não, com a possibilidade de se utilizar diferentes modalidades (Fontelles *et al.*, 2009). Neste estudo, optamos por uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica caracteriza-se pela análise de obras publicadas, enquanto a pesquisa documental baseia-se em fontes de diversos tipos e formatos, sem análise prévia.

Para a coleta de dados, recorreremos a fontes oficiais e não oficiais, elaboradas por diferentes agentes, como funcionários públicos, viajantes e cientistas. Na análise dessas fontes, partimos do pressuposto de que elas não são simples registros neutros, mas produtos de relações de poder e intencionalidades específicas (Le Goff, 2003).

2. O VALE DO RIO BRANCO

A ocupação colonial do vale do rio Branco assumiu um caráter estratégico-militar, com o objetivo de impedir a invasão dos domínios portugueses no vale amazônico por espanhóis e holandeses. Nesse contexto, foi construído, em 1775, o Forte São Joaquim, na confluência dos rios Tacutu e Uraricoera, formadores do rio Branco (Figura 1). Articulados a partir desse forte, estabeleceram-se aldeamentos indígenas e relações clientelísticas com as populações locais. No entanto, essa política mostrou-se ineficaz, e tentativas posteriores de implantação de aldeamentos e de colônias militares não obtiveram o mesmo êxito (Farage, 1991; Santilli, 1994). Assim, um novo projeto de povoamento foi implementado, fundamentado na introdução e expansão da pecuária.

Figura 1: Prospecto do Forte São Joaquim.



Fonte: Codina, 1786.

Em 1787, o governo da Capitania de São José do Rio Negro introduziu o gado bovino nos campos do alto rio Branco, criando as fazendas reais, posteriormente fazendas nacionais, de São Bento, São José e São Marcos. O coronel Manoel da Gama Lôbo D'Almada, governador da capitania, enumera os seus benefícios da seguinte forma:

A introdução do gado vaccum nos fertéis campos do rio Branco, deve produzir um artigo do commercio ao interior da capitania, que lhe traria muitas vantagens: primeira. A de ter açougue a capital, e evitar-se o estrago que se faz nas tartarugas [...] segunda. As carnes seccas com que se poderem fornecer as differentes povoações da capitania em que há trabalhos publicos [...] terceira. A sola que fabricada na capitania sahiria a melhor preço aos seus habitantes [...] ainda sem fallar na exportação que pelo tempo adiante Ella pôde ter para fora da capitania: quarta. Cresceriam as rendas reaes com os dízimos do gado, e com o real de subsidio litterario imposto na carne que se talhasse no açougue (1861, p. 633).

5

Para além da expectativa de impulsionar o crescimento econômico, a pecuária era concebida como um vetor de incremento populacional no vale do rio Branco. Partia-se do pressuposto de que “a criação de núcleos populacionais que abrigassem tal rebanho nas áreas de campo do Alto Rio Branco poderia estimular e propiciar um real e mais abrangente povoamento desta região” (Barbosa, 1993, p. 129). Entretanto, tal projeto não produziu os resultados almejados. Entre os fatores explicativos, Barbosa (1993) assinala que a marcada sazonalidade da atividade pecuária limitava a fixação de populações permanentes. Santilli (1994), por sua vez, ressalta que, por décadas, a pecuária configurou-se predominantemente como um empreendimento estatal, e não como uma atividade conduzida por colonos civis. Estes, por outro lado, encontravam-se majoritariamente envolvidos na extração da balata e do caucho nas matas do baixo rio branco.

Até o final do século XIX, a pecuária desempenhava um papel complementar ao extrativismo. Sua expansão ocorreu, sobretudo, em função do avanço da economia da borracha no vale amazônico, que abriu mercado para a carne produzida na região do rio Branco (Barros, 1995). Paralelamente, verificou-se o aumento das fazendas de gado

particulares, marcado pela ocupação privada das propriedades estatais e pelo avanço sobre terras indígenas (Farage; Santilli, 1992).

O crescimento populacional, embora lento, manteve-se constante ao longo do tempo (Santilli, 1994) e, no final do século XIX, a pecuária contribuiu para esse aumento. De acordo com Barbosa (1993), os fluxos migratórios para a região não foram resultado de uma política estatal, mas ocorreram de maneira espontânea. O autor propõe duas hipóteses para explicar esse fenômeno: a primeira é que os migrantes, especialmente nordestinos, preferiram deslocar-se para o vale do rio Branco em vez de dirigirem-se para seringais no Acre, Amazonas e Pará; a segunda é que os fazendeiros locais recrutaram nordestinos que fugiam da seca como mão de obra para a pecuária.

Segundo Santilli (1994), parte do crescimento demográfico observado na primeira metade do século XX está relacionada à instalação de fazendas na margem esquerda do rio Branco e no vale do rio Tacutu, bem como ao incremento populacional em Boa Vista. Ademais, esse aumento pode ser explicado por:

sobretudo da inserção da população indígena na economia regional, seja enquanto vaqueiros, garimpeiros, seja em funções correlatas como carregadores ou auxiliares na construção de casas, nas tarefas do curral e serviços domésticos, ou ainda, de forma marginal, como fornecedores de farinha e outros gêneros agrícolas aos criadores, garimpeiros e comerciantes da cidade (Santilli, 1994, p. 36).

Com a crise da borracha, no final da década de 1910, muitas pessoas migraram para o norte de Boa Vista para atuarem na mineração de ouro e diamantes, gerando um pequeno surto migratório que, contudo, teve pouco impacto no crescimento populacional. Posteriormente, na década de 1930, a consolidação da mineração atraiu investimentos de comerciantes e fazendeiros, que passaram a investir de forma mais consistente na atividade mineral. Nesse contexto, para Barros, “o garimpo sacrificou a pecuária e a agricultura em recursos e força de trabalho, enfraquecendo-as” (1995, p. 59).

Conforme Cavalcanti (1949), no início da década de 1940, observava-se um processo de desaparecimento dos rebanhos. Entre os fatores determinantes dessa problemática, o autor destacou: pastagens de baixo valor nutricional; ausência de melhoramento genético; carência de orientação zootécnica; métodos arcaicos de criação extensiva; inexistência de cercamento das propriedades e de instalações adequadas; falta de vacinação periódica; e preços insuficientes para garantir o custeio da criação. Diante desse cenário, Cavalcanti (1949) defende a intervenção do governo do recém-criado Território Federal do Rio Branco, posteriormente denominado Território Federal de Roraima, com medidas para reorganizar e fortalecer o setor.

Contudo, depreende-se de Guerra (1957) que, ao longo da década de 1950, essa grave situação ainda perdurava, indicando a persistência dos entraves estruturais que comprometiam o desenvolvimento da atividade pecuária na região.

3. AS FAZENDAS

Para Cavalcanti (1949), Roraima compõe-se de três amplas sub-regiões distintas, cada uma marcada por características específicas de relevo, dinâmicas produtivas, bem como por particularidades geoeconômicas e antropogeográficas: o baixo rio Branco; o alto rio Branco; e a região montanhosa. O autor destaca que a região do alto rio Branco era, predominantemente, dedicada à pequena agricultura e à pecuária.

No alto rio Branco localiza-se uma grande área de savana, conhecida localmente pelo termo **lavrado**. Inserido no bioma Amazônia, o lavrado é um ecossistema de vegetação aberta caracterizada principalmente por ervas e gramíneas, podendo apresentar árvores e arbustos de forma dispersa. Essa extensa formação contínua de savanas distribui-se pelas regiões de fronteira entre o Brasil, a Guiana e a Venezuela (Barbosa *et al.*, 2007) (Figura 2).

Figura 2: Lavrado de Roraima.

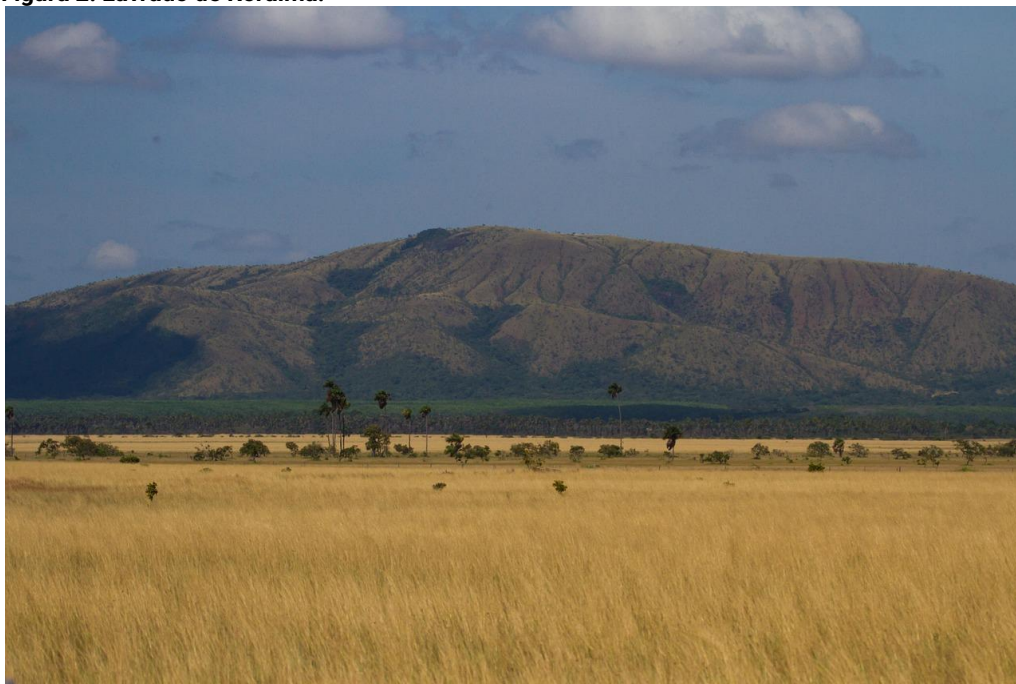


Foto: Camargo, [s.d.].

Ao longo do tempo, a pecuária foi vista, por muitos, como a atividade econômica mais adequada e inerente ao lavrado, pois nesta região “a natureza tudo acumulou para que ella se tornasse um dia - o principal e mais farto e mais variado celeiro desse grande Estado” (Ourique, 1906, p. 8).

O viajante francês Henri Coudreau (1887) registrou que, na década de 1880, as fazendas concentravam-se na margem direita dos rios Branco e Uraricoera. Segundo Santilli (1994), entretanto, nas primeiras décadas do século XX, a pecuária expandiu-se em direção ao vale do rio Tacutu. O autor destaca, ainda, que “o gado marcado e ao alcance do vaqueiro era a única medida de ocupação das terras, o título real de posse” (Santilli, 1994, p. 21).

Em Roraima, as fazendas encontravam-se amplamente dispersas, e a criação do gado era realizada de forma extensiva, sem o cercamento das propriedades. De modo geral, essas unidades produtivas situavam-se às “margens dos rios ou nas proximidades dos igarapés e lagos da região” (Cavalcanti, 1949, p. 24). Além das sedes principais, havia os denominados **retiros**, “jargão regional que denota o lugar onde se constrói um curral e, eventualmente, um abrigo para o vaqueiro poder cuidar do gado nas pastagens mais distantes das sedes das fazendas” (Santilli, 1994, p. 22).

Alfredo Ernesto Jacques Ourique (1848–1932), engenheiro militar e político brasileiro, registrou em 1904, junto ao fotógrafo George Huebner, a vida no vale do rio Branco a serviço do governador do Amazonas Antonio Constantino Nery. O material produzido durante a expedição destaca, entre outras informações, as fazendas já estabelecidas na região. Através dos relatos e fotografias, presentes no livro *O Valle do Rio Branco*, Ourique e Huebner documentam as características marcantes dessas propriedades, revelando processos de autoconstrução, o uso de técnicas tradicionais e materiais locais. As edificações eram, geralmente, de taipa de mão com cobertura de palha, provavelmente da palmeira de buriti (*Mauritia flexuosa*), por vezes com varanda, outras apenas com beiral, refletindo a adaptação das comunidades às condições ambientais, culturais e econômicas da região (Figura 3).

Figura 3: Fazenda São Benedito, localizada no rio Tacutu.

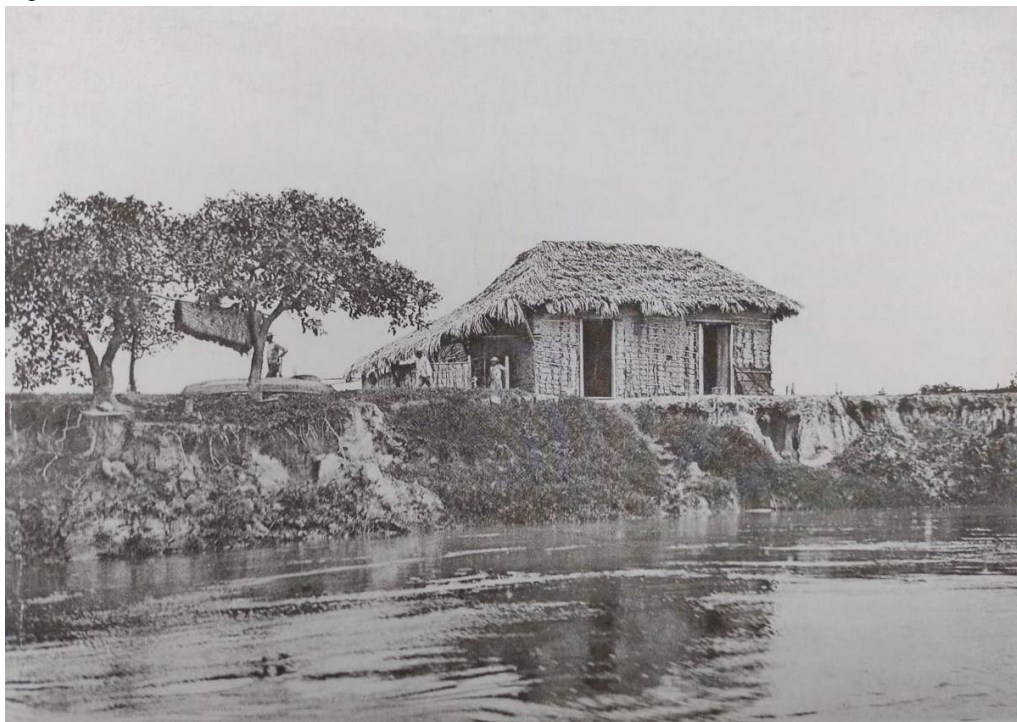


Foto: Huebner, 1904.

No vale do rio Branco, a categoria **fazenda** e **fazendeiros** englobava realidades diversas. As relações estabelecidas em torno da pecuária resultaram na distinção entre as posições sociais de fazendeiro (proprietário) e vaqueiro (aspirante a proprietário) (Santilli, 1994).

Nesse contexto, como já mencionamos, havia a residência dos fazendeiros, que funcionava como sede das fazendas, e os retiros. Em muitos casos, não havia uma grande diferença arquitetônica entre esses dois tipos de construção. Santilli esclarece que as posições de vaqueiro e fazendeiro não “diferenciavam estilos de vida; com as dificuldades de acesso ao mercado, nessa região remota o gado era muito mais um meio de vida que uma mercadoria” (Santilli, 1994, p. 22). A sede da Fazenda Nacional São Marcos, por exemplo, em 1904, apresentava características comuns a várias outras fazendas da região: telhado de palha, pilares rústicos de madeira e uma varanda frontal (Figura 4).

Figura 4: Casa do administrador da Fazenda São Marcos.



Foto: Huebner, 1904.

O etnólogo alemão Theodor Koch-Grünberg percorreu o vale do rio Branco e a Venezuela entre os anos de 1911 a 1913 em uma expedição etnográfica. No livro *Do Roraima ao Orinoco*, volume 1, podemos apreender algumas de suas minuciosas observações, especialmente sobre os indígenas Karib. Sobre a fazenda São Marcos, o etnólogo descreve que o sítio era constituído por uma casa-grande coberta com telhado de folhas de palmeira, destinada à residência do administrador, além de cerca de meia dúzia de cabanas ocupadas pelos empregados e de uma pequena capela. O conjunto das edificações encontrava-se em avançado estado de deterioração. Além disso, sobre “uma estacaria, por onde a água escorre, ergue-se atrás da casa o espaçoso banheiro, construído no estilo das cabanas circulares indígenas. Há sempre água fresca numa cuba grande” (Koch-Grünberg, 2006, p. 41-42).

O destaque conferido ao banheiro por Koch-Grünberg pode ser interpretado a partir da precariedade das condições sanitárias vigentes em Roraima no período. Ainda que sua

observação remeta ao início do século XX, o quadro descrito por Cavalcanti (1949) para o ano de 1944 sugere a persistência desse cenário: a maioria das residências carecia de fossas sanitárias e banheiros, e a população vivia em condições marcadas pela ausência de higiene, o que favorecia a disseminação de enfermidades.

Koch-Grünberg também relata a presença de casas nas sedes das fazendas e de cabanas nos retiros, que funcionavam como postos avançados para a pecuária. Observa-se ainda o uso frequente de materiais como a palha na construção dessas edificações, além da dispersão espacial típica das fazendas na região.

Esse cenário pode ser observado nos anos posteriores, como demonstram os relatos de Hamilton Rice e Evelyn Waugh. Entre 1924 e 1925, o médico e geógrafo norte-americano Alexander Hamilton Rice Jr. conduziu uma expedição à região que ele denominou Guiana Brasileira, correspondente ao atual estado de Roraima. Rice (1978) confirma que as casas dos fazendeiros se encontravam distantes umas das outras, e eram cercadas por plantações de bananeiras, mangueiras, goiabeiras, limoeiros, mandioca e macaxeira.

O escritor inglês Evelyn Arthur St. John Waugh deixou um relato satírico e perspicaz sobre o vale do rio Branco, com destaque para a cidade de Boa Vista. Em relação às fazendas, suas breves observações indicam que estas situavam-se às margens dos rios Tacutu e Branco, e eram adaptadas ao clima e às condições locais. Durante o trajeto até Boa Vista, Waugh (in CIDR, 1987) descreve inicialmente uma fazenda composta por um galpão com telhado de palha de buriti, planta abundante na região, velho e parcialmente danificado, com piso e paredes de barro até a altura da cintura. Nesse espaço, havia cerca de meia dúzia de redes, utilizadas pelos funcionários como local de repouso. Em seguida, o autor visitou uma fazenda maior, com casa principal avarandada, provavelmente destinada ao proprietário, e um galpão separado destinado aos trabalhadores.

O geógrafo Antônio Teixeira Guerra, em seu estudo de 1954, observa que as fazendas podiam ser classificadas em diferentes categorias, que iam desde as sedes das grandes propriedades até pequenas construções modestas pertencentes a criadores individuais. Nesse contexto, as boas sedes pertenciam a fazendeiros que investiam na melhoria das casas, incluindo instalações sanitárias com fossa biológica, geladeiras a querosene e fornecimento de energia elétrica por meio de motores (Guerra, 1957) (Figura 5).

Figura 5: Sede da Fazenda Monte Alegre.



Foto: Somlo, 1954. Acervo do IBGE.

Figura 6: Sede da Fazenda Triunfo.



Foto: Somlo, 1954. Acervo do IBGE.

O material mais empregado nas construções era o barro, especialmente nas casas de taipa, embora também se utilizasse madeira. Quanto à cobertura, a palha era o recurso mais frequente, “por várias razões: 1) é o material mais barato, e às vezes o Único [sic] de que se pode dispor mais prontamente; 2) a temperatura no interior da casa é bem mais fresca” (Guerra, 1957, p. 189). Além disso, algumas construções empregavam telhas do tipo marselha, por vezes importadas da França, de Belém ou de Manaus, outras produzidas em uma olaria local em Boa Vista, bem como folhas de alumínio, eternite e, raramente, zinco (Guerra, 1957) (Figura 6).

Percebemos que novos materiais começaram a ser empregados, provavelmente devido a dinâmica de criação do Território Federal em 1943 e as medidas para sua estruturação. Entretanto, materiais como a palha e a madeira ainda são os mais abundantes.

As descrições das fazendas nos relatos selecionados revelam um processo de humanização da paisagem roraimense, no qual a ocupação humana não apenas se adapta ao ambiente, mas também o transforma de forma intencional. São arquitetura no sentido proposto por Rapoport (1984), pois mudaram intencionalmente a paisagem a partir de um esquema anterior. Nesse contexto, a escolha de materiais e técnicas construtivas vai além de uma resposta às condições ambientais, estando também relacionada a fatores econômicos e culturais do meio em que as edificações se inserem.

12

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar, sob uma perspectiva histórica, a arquitetura das fazendas de gado situadas no vale do rio Branco, no atual estado de Roraima, tomando como fontes principais fotografias e relatos produzidos por viajantes, funcionários públicos, expedicionários, dentre outros. Reconhece-se, contudo, que o tema ainda apresenta lacunas significativas que demandam investigações futuras. Não se pretendeu, portanto, esgotar a discussão, mas antes evidenciar a importância de ampliar e aprofundar os estudos sobre a arquitetura popular roraimense, destacando sua relevância histórica e cultural.

As fazendas descritas nos relatos selecionados exemplificam aspectos da arquitetura popular, na medida em que suas construções emergem diretamente do contexto local e das necessidades de seus ocupantes. Assim, essas construções não apenas humanizam a paisagem roraimense, mas também manifestam uma forma de arquitetura popular, na qual o espaço construído é produto simultâneo das condições naturais, das práticas culturais e da organização econômica e social local. Nesse contexto, materiais como barro, palha, pedra e madeira figuravam entre os mais empregados, dada sua ampla disponibilidade nas áreas de lavrado e nas proximidades dos rios, configurando soluções coerentes com os recursos oferecidos pelo território.

A arquitetura popular caracteriza-se por sua capacidade de transformação ao longo do tempo. Embora esteja ancorada na tradição, ela não é estática, incorporando inovações técnicas, novos materiais e influências externas conforme as condições históricas e sociais se modificam. Esse caráter dinâmico revela que a arquitetura popular não deve ser compreendida como um vestígio do passado, mas como uma expressão viva, em constante adaptação às demandas contemporâneas das comunidades que a produzem.

No contexto atual, marcado pela padronização construtiva e pela difusão de modelos globais, a arquitetura popular tem sido cada vez mais valorizada como fonte de conhecimento para práticas arquitetônicas sustentáveis. Suas soluções, desenvolvidas com baixo impacto ambiental e forte integração ao meio, oferecem importantes contribuições para o debate sobre sustentabilidade, identidade cultural e diversidade arquitetônica. Assim, o estudo da arquitetura popular permite não apenas compreender formas tradicionais de habitar, mas também repensar os caminhos da produção arquitetônica contemporânea a partir dos saberes locais e das relações equilibradas entre sociedade e natureza.

5. REFERÊNCIAS

BARBOSA, Reinaldo Imbrósio. Ocupação humana em Roraima: do histórico colonial ao início do assentamento dirigido. **Revista Boletim 9 (1)**: Museu Emilio Goeldi, Belém, p. 123-144. 1993.

BARBOSA, R. I. et al. The “Lavrados” of Roraima: Biodiversity and conservation of Brazil's Amazonian savannas. **Functional Ecosystems and Communities**. 2007. Disponível em: <file:///home/icc/Downloads/BiodiversityinLavradoofRoraima-5b.pdf>. Acesso em: fev. 2026.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Roraima**: Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional: estudo de ocupação pioneira na América do Sul. Recife: Editora Universitária – UFPE. 1995.

CAVALCANTI, José Maria dos Santos Araújo. **Recuperação e desenvolvimento do Vale do Rio Branco**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, Rodrigues & Cia, 1949.

COUDREAU, Henri. **La France Equinoxiale**: voyage a travers les Guyanes et Amazonie. Paris: Challamel Ainé, 1887.

D'ALMADA, Manuel da Gama Lobo. Descrição relativa ao rio Branco e seu território, ano de 1787. **Revista do Instituto Histórico e Etnográfico do Brasil**, tomo XXIV, n. 4, p. 617-683, 1861.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FARAGE, Nádia; SANTILLI, Paulo. Estado de sítio: territórios e identidades no vale do rio Branco. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 267-278.

FONTELLES, Mauro José et. al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**, n. 23 (3), jul./set. 2009. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta/resource/pt/lil-588477>. Acesso em: jul. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudos Geográficos do território do Rio Branco**. IBGE, Publicação N° 13, 1957.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. 7 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

Koch-Grünberg, Theodor. **Do Roraima ao Orinoco, v. 1**: observações de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913. Tradução de Cristina Alberts-Franco. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MARTINS, Elisangela. **Memória do Regime Militar em Roraima**. 2010. 187 p. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

NUTTGENS, Patrick. **A história da arquitetura**. Tradução Luiz Queiroz, Denise de Alcântara Pereira; Revisão técnica Denise de Alcântara Pereira. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

OURIQUES, Jacques. **O Valle do Rio Branco**: Estado do Amazonas – Edição Especial. 1906.

PEREIRA, José Ramón Alonso. **Introdução à história da arquitetura**: das origens ao século XX. Tradução Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2010.

RAPOPORT, Amos. Origens culturais da arquitetura. In: SNYDER, James C.; CATANESE, Antony. **Introdução à arquitetura**. Rio de Janeiro: Campus, 1984. p. 26-41.

RICE, Hamilton. **Exploração na Guiana Brasileira** (1924-1925). Tradução de Lacyr Schettino. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

SANTILLI, Paulo. **As fronteiras da república**: história e política entre os Macuxi no vale do rio Branco. São Paulo: NHII – USP; FAPESP, 1994.

SANT'ANNA, Márcia. Arquitetura popular: espaços e saberes. **Políticas Culturais em Revista**, v. 6, n. 02, p. 40-63, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/issue/view/761>. Acesso em: jul. 2022.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. **Política e poder na Amazônia**: o caso de Roraima. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.

SOUZA, Lucas Matos. **Materiais, mão de obra e métodos construtivos de edificações históricas de Boa Vista/RR, até 1943**. 2016. 98 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Graduação em Engenharia, Departamento de Engenharia, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2016.

STRADELLI, Ermanno. **Lendas e notas de viagem**: a Amazônia de Ermanno Stradelli. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini. São Paulo: Martins, 2009.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima**: a disputa pela terra – 1777 a 1980. Boa Vista: UFRR, 2007.

WAUGH, Evelyn Arthur St. John. Ninety-two days: the account of a tropical journey through british Guiana and part of Brazil. In: CENTRO DE INFORMAÇÃO DA DIOCESE DE RORAIMA (CIDR). **Boletim nº 12**. Boa Vista, 2 de julho de 1986, p.1- 47.

WEIMER, Gunter. **Arquitetura popular brasileira**. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012 (Raízes).

ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura**. Tradução Maria Isabel Gaspar, Gaetan Martins de Oliveira. 6 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. (Coleção Mundo da Arte).